



Sociedade e Cultura

ISSN: 1415-8566

brmpechincha@hotmail.com

Universidade Federal de Goiás

Brasil

Da Silva, Agnaldo José

O aspecto decorativo da intelligentsia brasileira

Sociedade e Cultura, vol. 10, núm. 1, janeiro-junho, 2007, pp. 131-143

Universidade Federal de Goiás

Goiania, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70310111>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## O aspecto decorativo da *intelligentsia* brasileira

AGNALDO JOSÉ DA SILVA\*

---

**Resumo:** Este artigo, a partir do conceito de *intelligentsia*, busca discutir a especificidade dos intelectuais brasileiros, pondo em relevo o aspecto decorativo que a inteligência assume no país. Para tal, recorre-se, entre outros, a Machado de Assis, com sua *Teoria do Medalhão*, a Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, e a Luiz Costa Lima, com a idéia de “cultura auditiva”. Por fim, o foco da atenção volta-se para o fato de essa cultura ornamental se fazer presente, de forma bastante nítida, na formação de um grupo específico de educadores: os pedagogos.

**Palavras-chave:** *intelligentsia*; intelectuais; cultura ornamental.

---

Este ensaio busca compreender a especificidade da cultura brasileira no tocante à formação intelectual. Mais precisamente busca responder a uma dupla indagação: o que se deve entender por *intelligentsia* e, em específico, por *intelligentsia* brasileira? Essas questões são discutidas à luz do pensamento de Karl Mannheim, Norberto Bobbio, Machado de Assis, Sérgio Miceli, Luciano Martins, Luiz Costa Lima, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros, sem, no entanto, pretender esgotar o tema ou dar uma resposta acabada e definitiva.

### A *intelligentsia* e o elitismo cultural

Na perspectiva de Karl Mannheim (1974), a *intelligentsia* é uma camada intersticial, situada não acima, mas entre as classes sociais. Isso não quer dizer que, em situações concretas, os componentes individuais dessa camada social não possam se filiar a um partido político ou alinhar-se nas fileiras de uma determinada luta ou movimento social, identificando-se a uma ou outra classe. De forma geral, os membros desse estrato social são frouxamente ligados entre si,

jamais constituindo uma classe homogênea e coesa (Mannheim, 1974).

Essa situação privilegiada, mas extremamente ambígua, de pertencer e, ao mesmo tempo, não pertencer a uma classe, ou de pertencer e não se identificar ou vice-versa, faz com que o membro individual da *intelligentsia*, que plasma como que entre as classes sociais, possa adotar e enfocar as questões a ele levantadas não apenas de uma única e exclusiva perspectiva, mas de várias. Devido a essa posição fluida na sociedade, “o membro da *intelligentsia* pode mais facilmente mudar seu ponto de vista e está menos rigidamente engajado num lado do conflito, pois ele é capaz de experimentar concomitantemente várias abordagens conflitantes da mesma coisa” (Mannheim, 1974, p.81).

O principal atributo dos intelectuais é, de acordo com Mannheim, seu contato, mesmo que em graus variados, com a cultura. A questão é que esse contato pode adquirir vários significados. Um deles está implícito na distinção entre trabalho manual e intelectual. Um segundo sentido que o termo assume aparece na distinção entre profissões liberais e ofícios. Um terceiro significado encontra-se presente na distinção entre cultos e incultos. Por fim, um outro sentido que o termo assume diz respeito ao surgimento de uma burocracia detentora de títulos escola-

---

\* Mestre em sociologia pela Universidade Federal de Goiás e doutorando em sociologia pela Universidade de Brasília. Bolsista do CNPq.

res. O argumento de Mannheim é que, apesar de essa pluralidade de significados esboçar os traços distintivos da *intelligentsia*, esta não se restringe a esses caracteres.

Na perspectiva de Mannheim, a transição de uma sociedade fechada em castas para uma outra, aberta e constituída por classes, e, conseqüentemente, a substituição do sábio escolástico pelo intelectual moderno configuraram-se na principal revolução por que passou a sociedade ocidental.

A distinção entre o erudito escolástico e o intelectual moderno pode ser sintetizada nas seguintes palavras:

O escolástico, seguro em sua posição de casta, construiu um arcabouço de conceitos estacionário e compacto, de acordo com sua existência estabilizada. Só levantou questões para as quais já tinham respostas. Expressou dúvidas apenas para dissipá-las, e não se sensibilizou aos fatos que não confirmariam suas convicções. O intelectual moderno possui uma disposição dinâmica e encontra-se perenemente preparado para rever suas opiniões e começar de novo, pois ele tem pouco atrás de si e tudo à sua frente. (Mannheim, 1974, p. 92)

A empatia é outra característica do intelectual moderno. A capacidade de se colocar no lugar do outro é uma atitude datada historicamente. O escolástico era destituído dessa habilidade, bem como da capacidade de fazer periodicamente uma auto-avaliação. A autoconsciência, como processo histórico, vem suplantando um mundo de idéias fixas e de certezas absolutas, formulando dúvidas onde havia exatidão, semeando incertezas mais do que convicção. Segundo Mannheim, tais transformações por que passam a sociedade são propícias ao florescimento da *intelligentsia* moderna.

Por fim, cumpre ainda ressaltar o fato de que o intelectual, na perspectiva mannheimiana, assume um caráter elitista,<sup>1</sup> na medida em que tem uma tendência a perder contato com a realidade cotidiana, seja confinando-se em seu gabinete, seja pelo aprendizado livresco, fonte, em

si mesmo, de distanciamento das massas e do dia-a-dia.

Um outro autor que não pode figurar fora de um estudo sobre a *intelligentsia* é Norberto Bobbio (1997). Para este, falar de intelectuais é falar de si mesmo, pois, na medida em que alguém apresenta a si mesmo esse tema, é porque também é um intelectual, mesmo que seja apenas enquanto perdurar suas reflexões sobre a temática em foco.

Norberto Bobbio, enfatizando a relação entre a intelectualidade e o poder, advoga a idéia de que entre “intelectuais e políticos existe um hiato difícil de eliminar, só em tempos excepcionais está destinado a diminuir ou a desaparecer” (Bobbio, 1997, p. 16). Nesse sentido, pode-se dizer que a lógica dos homens de cultura não é a mesma lógica de comportamento dos políticos.

Nessa relação entre os poderes temporal e espiritual, Coser, em *Men of ideas* (apud Bobbio, 1997, p. 112-113), agrupa quatro posturas distintas da *intelligentsia*: na primeira, os próprios intelectuais estão no poder; na segunda, os intelectuais procuram influenciar o poder, estando fora dele; na terceira, os intelectuais legitimam o poder, e, na quarta, os intelectuais são críticos do poder, combatendo-o incisivamente. A essas quatro categorias ou posturas, Bobbio acrescenta uma outra. Em suas palavras, “é preciso também levar em conta uma quinta categoria, a daqueles intelectuais que não pretendem ter nenhuma relação com o poder, na medida em que consideram que o seu reino não é deste mundo” (Bobbio, 1997, p. 112).

O ponto central do argumento de Bobbio, no entanto, é a distinção que faz entre dois tipos de intelectuais: os ideólogos e os expertos. Os primeiros são aqueles membros da *intelligentsia* que fornecem “princípios-guia” para a ação; os segundos, por sua vez, oferecem “conhecimentos-meio”. Tal diferenciação, de acordo com o autor, não deixa de manter estreitas relações com dois dos quatro tipos puros de ação social construídos por Max Weber.<sup>2</sup> Na pers-

---

1. Um livro de suma importância quando se pretende compreender o caráter elitista dos intelectuais é *Os intelectuais e as massas*, de John Carey. Devido às dimensões que este trabalho assume, não foi possível incorporá-lo.

2. De acordo com Max Weber, há quatro tipos puros de ação social: 1) ação racional com relação a fins, quando o indivíduo busca adequar meios a fins; 2) ação racional com relação a valores, quando o agente orienta sua conduta por fins últimos; 3) ação tradicional, quando hábitos e costumes arraigados levam o agente a orientar sua conduta em função deles, e, por fim, 4) ação afetiva, quando o indivíduo age impulsionado pelas suas emoções imediatas (cf. Weber, 2000).

pectiva weberiana, um indivíduo age racionalmente com relação a fins quando busca adequar meios a eles. Pode-se dizer que esse tipo de racionalidade instrumental norteia a prática dos expertos. Por outro lado, age racionalmente com relação a valores o indivíduo que se orienta por valores ou princípios éticos, morais, religiosos etc. A esse tipo, identifica-se o ideólogo. A partir dessa aproximação a Weber, pode-se afirmar que, enquanto os expertos celebram os meios, os ideólogos veneram os fins últimos.

A distinção entre a tipologia weberiana de ação social e os tipos de intelectuais de Bobbio é que, diferentemente do que ocorre com os tipos ideais de Weber, tanto o ideólogo quanto o experto, em suas formas puras, podem ser encontrados na realidade. O ideólogo em estado puro é o “utopista” e o experto é o técnico “manipulador de dados”. Estes, conforme Bobbio, são casos-limite. Mas, “geralmente, o ideólogo não está tão imerso no céu dos princípios para não se dar conta de que também precisa descer à terra para ver o que se passa” (Bobbio, 1997, p. 74). O argumento é válido para o caso oposto, isto é, a prática do técnico não está completamente destituída de princípios-guia.

Ao propor compreender os intelectuais, Bobbio argumenta que a distinção entre trabalho manual e intelectual não dá conta da complexidade que o termo *intelligentsia* comporta. Se a assertiva de que todos os intelectuais executam tarefas não-manuais é válida, da mesma forma, não se pode negar que nem todos aqueles que exercem profissões não-manuais podem ser identificados como intelectuais. Na perspectiva de Norberto Bobbio, o que define um intelectual não é tanto o tipo de trabalho que executa – se manual ou mental –, mas a função que ele cumpre na sociedade.

Acompanhando o pensamento de Mannheim, Bobbio afirma que os intelectuais não constituem uma classe homogênea e, salvo exceção no caso de sociedades teocráticas, não são depositários de um corpo coeso de doutrinas. Convém frisar também que, de acordo com o pensador italiano, não se deve restringir a categoria apenas aos “grandes intelectuais”, os nomes dos pequenos e medíocres devem, da mesma forma, constar no rol de membros da *intelligentsia*.

Na perspectiva de Bobbio, apesar de o termo intelectual ser de uso recente, geralmente associado ao russo *intelligentsia* – termo cunhado para designar os escritores críticos ao regime czarista –, a história dos intelectuais é mais antiga. “Nas cidades gregas a força das idéias revelava-se por meio da palavra: a figura típica do intelectual era o orador, o retórico, o demagogo. Após a invenção da imprensa, a figura típica do intelectual passa a ser o escritor, o autor de livros, de libelos, e depois de artigos para revistas e jornais” (Bobbio, 1997, p. 120).

### A *intelligentsia* brasileira

Haja vista as dimensões deste trabalho, convém substituir uma discussão mais geral e abstrata, como até agora se fez até aqui, para uma outra, mais pontual e concreta. Em outras palavras, a proposta é refletir sobre a particularidade da *intelligentsia* brasileira. Por ora, o foco dirigir-se-á ao livro de Sérgio Miceli, *Intelectuais à brasileira*. Neste, o autor busca compreender, à luz do pensamento de Pierre Bourdieu, como os “anatolianos” – grupo de intelectuais pré-modernistas que viveram e atuaram durante a República Velha (1889 a 1930) – conseguiram converter o capital social familiar em capital cultural, estabelecendo-se como escritores. Em seguida, além de outras pontuações, o texto apresenta uma análise dos escritores modernistas nas suas relações com a classe dirigente no Brasil, entre os anos de 1920 e 1945.

Na perspectiva de Sérgio Miceli, boa parte dos letrados brasileiros de fins do século XIX e início do século XX descendia de famílias oligárquicas cuja situação financeira estava em declínio. Com o capital econômico dilapidado, não lhes restaram outra opção senão apelar para o capital social familiar ainda disponível – incluindo as redes de relações pessoais de compadrio, parentesco e amizade com as frações dirigentes –, com vistas a granjear um cargo público, um casamento ou um outro benefício que poderia evitar um rebaixamento social ainda maior.

Os mecanismos de recrutamento e consagração da elite brasileira, durante o período da República Velha, passavam, geralmente, pelas instituições de ensino superior então existentes,

sobretudo pela Faculdade de Direito de São Paulo, bem como envolvia a mobilização de um certo tipo de capital, o de relações sociais. O título de bacharel correspondia, quase sempre, a uma espécie de passaporte para as classes detentoras do poder. Cumpre salientar que, diferentemente do que ocorria na Europa, a *intelligentsia* literária brasileira tinha nos jornais mais um aliado do que um objeto de repúdio. A respeito da expansão da imprensa no Brasil, Miceli afirma que “o êxito e a consagração não são mais concedidos às ‘obras raras’ de um autor individual, mas sim aos grupos de escritores associados em empreendimentos intelectuais coletivos (jornais etc.), que tendem a se tornar ao mesmo tempo as principais instâncias de consagração” (Miceli, 2001, p. 57). Cabe ressaltar que, durante o período retratado, os jornais estavam atrelados a grupos oligárquicos que lutavam entre si pelo monopólio do poder político nos âmbitos regional e nacional.

Ao lado da expansão do mercado editorial de livros e da propagação dos meios de comunicação de massa, o Brasil experimenta, a partir do início da década de 1920, sob os auspícios de uma vanguarda modernista, grandes transformações em termos artísticos e culturais. Todas essas mudanças contribuem de forma decisiva para o processo de reconfiguração dos critérios de seleção e consagração dos intelectuais. De acordo com Sérgio Miceli, a partir de então, apesar dos mecanismos de relações pessoais continuarem sendo acionados, a posse de capital cultural e de títulos escolares passa a ser crucial para o êxito e o reconhecimento social e intelectual.

Segundo Miceli, uma parte significativa da *intelligentsia* brasileira foi cooptada pelo Estado durante o governo de Getúlio Vargas. Esse fato propiciou, ao mesmo tempo, o acesso às carreiras e aos postos burocráticos em diversas áreas do serviço público, bem como permitiu aos descendentes de famílias empobrecidas resgatar sua antiga posição social.

Não obstante o fato de que “um número considerável de intelectuais teve condições materiais e institucionais para conciliar seus encargos no serviço público com seus projetos intelectuais” (Miceli, 2001, p. 198-9), muitos outros prestaram serviços burocráticos comple-

tamente alheios às suas pretensões artísticas e culturais, tendo de desenvolver seus trabalhos intelectuais à parte, como uma atividade paralela.

O fato de que 70% dos literatos que foram eleitos para tomar assento em uma das cadeiras da Academia Brasileira de Letras, entre os anos de 1930 e 1945, serem funcionários públicos corrobora o argumento de Miceli de que durante o governo Vargas os intelectuais estavam no poder. O binômio burocracia–letras formava um par perfeito.

Uma outra análise que não pode figurar fora de um estudo que verse sobre os intelectuais brasileiros é a que Luciano Martins faz em *A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil, 1920 a 1940*.

Após uma breve discussão histórica sobre o conceito de *intelligentsia*, Martins busca compreender o surgimento e a constituição da *intelligentsia* brasileira. De acordo com esse autor, as transformações por que passaram a sociedade brasileira em fins do século XIX, sobretudo a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, não deixaram de suscitar os ânimos dos letrados da época. A falta, no entanto, de um pensamento utópico – no sentido mannheimiano –, característica e força motriz da *intelligentsia* russa, levou os intelectuais brasileiros a verberar condenações morais sem, no entanto, resultar em práticas políticas concretas. Isto porque, “contrariamente à *intelligentsia* russa, eles não possuíam nem um projeto de sociedade nem a teoria de uma sociedade que seria produzida por um sujeito histórico em formação” (Martins, 1987, p. 74).

Para os intelectuais do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, a idéia de um projeto de sociedade era menos atrativa do que a de “construção da nação”, argumenta Martins. Para este, apesar de se usar o termo *intelligentsia* brasileira para designar o conjunto dos intelectuais que aqui viviam, deve-se ressaltar que não se tratava de um grupo homogêneo. Pode-se dizer que as transformações nas esferas econômica e social fizeram-se refletir nas idéias, surgindo dois tipos distintos de intelectuais: o primeiro era o homem ilustrado, o bacharel, o doutor, representante legítimo da “cultura ornamental”; os segundos, por sua vez, são “os



que se consagram à criação literária, à descoberta, às primeiras experiências científicas, ao jornalismo literário mais sofisticado, à discussão dos problemas existenciais e à busca angustiada de uma explicação da especificidade desta sociedade contraditória” (Martins, 1987, p.74).

O primeiro tipo, além de desfrutar de uma cômoda posição social, despertava a admiração de uma elite com ares aristocráticos, culta, “européia”. Os segundos, por sua vez, mais críticos e comprometidos com a racionalidade do conhecimento, reclamavam da insensibilidade dos brasileiros, que não os reconheciam como tal. Na perspectiva de Martins, o pêndulo do reconhecimento social inclinava-se, por duas razões, a favor dos primeiros. Primeiramente porque viviam num país onde pouquíssimos sabiam ler e escrever. O índice de analfabetismo, por exemplo, chegava, em 1900, na cidade do Rio de Janeiro, a 85%. Em segundo lugar, pelo fato de que predominava a “cultura do ornamento”, restando pouco espaço para o florescimento do pensamento abstrato e do saber pautado na racionalidade instrumental (Martins, 1987).

Diante de tal realidade, um dos principais desafios postos aos intelectuais modernistas era a educação das massas. Apesar de não representarem a *intelligentsia* brasileira na sua totalidade, os letrados modernistas foram os pioneiros no sentido de transformar idéias em prática. Estavam imbuídos do sentido de missão e do desejo de contribuir efetivamente no processo de transformação sociocultural do país, não sem uma certa dose de ambivalência. A ausência de uma teoria social que pudesse orientar suas práticas gerava um sentimento de impotência diante da complexidade e da ambigüidade da realidade social do Brasil, que deveria ser descortinada e compreendida, arrebataando-se o véu europeizante.

De acordo com Luciano Martins, uma razoável parcela de intelectuais modernistas viu na reforma do ensino e na educação as vias de acesso à modernização da sociedade, podendo tirar o país do “atraso” cultural em que se encontrava imerso. Uma das preocupações recorrentes no pensamento de tais letrados era o de estruturar o “campo cultural”, criando instituições modernas, as universidades, a fim de

formar e melhor capacitar as elites dirigentes do país. Dessa forma, muitos desses intelectuais, ao advogarem para si o papel de agente modernizador da sociedade, acabaram assumindo uma visão elitista.

Conforme o autor em questão, essa *intelligentsia* nascida no início da década de 1920 não consegue, devido a suas ambivalências, organizar o campo cultural. Este, antes mesmo de se estruturar, politiza-se, tendo o Estado, sob a ditadura Vargas, como o principal mecenas. A esse respeito, cumpre dizer que “os mecanismos de cooptação com que o Estado atrai alguns de seus membros mais criativos transforma sua ambivalência intelectual em quase esquizofrenia política durante o Estado Novo: eles se situam no interior de um Estado cuja forma autoritária condenam” (Martins, 1987, p. 85).

### Uma elite ilustrada

A partir do exposto, já se pode fazer um recorte do que se pretende destacar desse fenômeno tão amorfo e ambíguo que é a *intelligentsia* brasileira. Conforme visto, Luciano Martins estabelece a distinção entre dois tipos de intelectuais: “os ilustrados” e os intelectuais propriamente ditos, pode-se dizer. Este ensaio voltar-se-á mais detidamente, a partir deste momento, aos primeiros.<sup>3</sup>

A percepção desse caráter ornamental da elite brasileira remonta, no mínimo, ao último quartel do século XIX, quando Machado de Assis escreve a *Teoria do medalhão*. Neste, um pai, conhecedor dos meandros e artimanhas da elite esclarecida da época e preocupado com o futuro do filho, prestes a alcançar a maioridade, o instrui a se tornar um medalhão, isto é, um homem cujo espírito conseguiu ser domado e disciplinado a ponto de ter cuidado com as idéias próprias e alheias. O desejável, nessa óptica, se possível for, seria não tê-las, evitá-las, pois as idéias são perigosas e, por mais que se queira contê-las, de repente, elas insurgem e precipitam-se (cf. Machado de Assis, 2001).

3. Apesar de se ter em mente essa distinção histórica e conceitual, este trabalho concebe a elite ilustrada dos primeiros séculos de colonização não apenas como parte integrante, mas, também, como definidora da mentalidade da *intelligentsia* brasileira.

De acordo com Machado de Assis, “geralmente o verdadeiro medalhão começa a manifestar-se entre os quarenta e cinco e cinquenta anos” (Machado de Assis, 2001, p. 11), podendo surgir, em casos excepcionais um pouco mais tarde e, até mesmo, mais precocemente. Neste último caso pode até se tratar de um gênio, quando se manifesta entre os 25 e 30 anos.

Cumprе salientar que, em um dado momento do diálogo, o pai recomenda ao filho o jogo de bilhar, pelo fato de que seus adeptos geralmente partilham as mesmas idéias – e isso é precioso aos olhos do medalhão –, além de ser uma atividade que faz repousar o cérebro, sem, no entanto, revigorá-lo; pois, como já se disse, este deve estar sob contínua vigilância, na medida em que é dali que brotam as idéias.

Um bom medalhão, com sua inerente circunspeção e “gravidade do corpo”, evita, a todo custo, as idéias novas; prefere, antes, a monotonia, as idéias compartilhadas e as fórmulas consagradas pelo tempo. Foge de tudo aquilo que exige reflexão para se refugiar em frases prontas e locuções acabadas. Adota um discurso fácil de se aprender e que desobriga a pensar. Decora as terminologias científicas e literárias que, ao serem empregadas, além de causar impacto nos ouvintes, ainda trazem publicidade para seu enunciador. Eis aí, sem tirar nem pôr, a cultura do rótulo e do ornato. Cultura esta que não escapa aos olhos de um outro arguto pensador brasileiro: Sérgio Buarque de Holanda (1963).

*Raízes do Brasil* revela, entre outras coisas, como a mentalidade rural da casa-grande foi decisiva na formatação da identidade cultural brasileira. Mentalidade esta, por sinal, impregnada tanto do personalismo como do autoritarismo. O primeiro, herdado de “nossos avós de além-mar”, trouxe consigo a cultura do favor e não deixa de manter estreitas relações com a cordialidade brasileira. O segundo, por sua vez, acentuado e reforçado pelo patriarcalismo e pelo regime escravocrata, deixou como legado a prática da invasão do público pelo privado e do Estado pela família (cf. Holanda, 1963).

De acordo com Sérgio Buarque, durante o período colonial, a autoridade do *pater família* não sofria réplica no recinto doméstico. A submissão e a subserviência de uns – esposa, filhos,

agregados e escravos – constituíam a força da dominação de outros – os chefes patriarcais. Vai ser nesse ambiente de coloração aristocrática, nessa “terra onde todos são barões”, que a inteligência puramente decorativa vai encontrar terreno fértil para se desenvolver.

Quase quatro séculos de escravidão não poderiam deixar de acentuar, na mentalidade dos brasileiros, a distinção entre trabalho mental e trabalho braçal. Mesmo com o advento da libertação dos escravos e da Proclamação da República, o trabalho manual continuava a ser preterido. Numa sociedade em que “o ócio importa mais do que o negócio”, o trabalho mental era a ocupação por excelência, estando à altura dos antigos donos de escravos ou de seus descendentes. Isso não significa, no entanto, “amor ao pensamento especulativo, – a verdade é que, embora presumindo o contrário, dedicamos, de modo geral, pouca estima às especulações intelectuais – mas amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa, à expressão rara” (Holanda, 1963, p. 70).

Na perspectiva de Sérgio Buarque, a inteligência, tão admirada entre os brasileiros, é puramente decorativa. A ostentação, ainda hoje, do anel de formatura e a questão que fazem os bacharéis – sobretudo, mas não apenas, os diplomados em direito – de serem chamados de doutores atestam esse fato.

Na área da saúde não é diferente, os cursos mais novos ou menos consagrados no mercado de ensino superior brasileiro – fisioterapia, biomedicina e psicologia, entre outros – não apenas ao adotarem a prática do uso do uniforme branco, mas também ao reivindicarem o direito de usar a abreviação “dr.”, de doutor, antes do nome, buscam apropriar-se do capital simbólico dos cursos mais tradicionais como é o caso de medicina e odontologia. No Brasil, no plano das representações sociais, doutor nunca foi aquele que fez doutorado, mas o médico e o advogado. Mais recentemente, no entanto, como já se disse, novas disciplinas estão, à esteira desses cursos mais antigos e elitizados, angariando para si mais prestígio e uma melhor posição no *ranking* dos bens simbólicos.

O caráter de aventura e desleixo, de um lado, e religioso, de outro, que assumiu a colonização portuguesa no Brasil, expresso na ausên-

cia de um projeto de fazer da colônia um prolongamento da metrópole e na chegada, em 1549, dos padres jesuítas na terra de Santa Cruz, teve consequências não pouco desprezíveis para a formação da mentalidade e da *intelligentsia* brasileiras.

No Brasil, argumenta Holanda, a colônia é apenas lugar de passagem. Além da falta de planejamento das cidades, percebido pelos traçados urbanos e pela disposição das casas na rua, e do espírito aventureiro dos colonizadores portugueses, que almejavam colher os frutos sem terem o trabalho de plantar a árvore, um outro fato chama a atenção: a ausência de universidades ou de qualquer outro tipo de instituição de ensino superior durante o período colonial. Na América espanhola, ao contrário daqui, já haviam sido instaladas, ao findar o período colonial, 23 universidades, fora os institutos de ensino superior (cf.: Holanda, 1963).

O contraste entre as colônias espanholas e o Brasil no tocante à vida intelectual não se restringe à questão de se ter ou não universidades instaladas desde os primeiros séculos de colonização, ela pode ser sentida, também, pela presença ou pela ausência de outro importante instrumento cultural: a imprensa. Sérgio Buarque de Holanda atesta que, já no ano de 1535, imprimiam-se livros na Cidade do México e um pouco depois, em 1584, em Lima, capital peruana. No Brasil, a primeira imprensa aparece em 1747, no Rio de Janeiro, para logo ser fechada por decreto real. De acordo com esse autor, “os entraves que ao desenvolvimento da cultura intelectual no Brasil opunha a administração lusitana faziam parte do firme propósito de impedir a circulação de idéias novas que pudessem pôr em risco a estabilidade de seu domínio” (Holanda, 1963, p. 121). Cumpre dizer que só em 1808, por obra do acaso, é que o Brasil conheceu, de fato, uma tipografia. Um dos ministros de d. João VI, d. Rodrigo de Sousa Coutinho, havia encomendado da Inglaterra uma tipografia completa que, à época da transferência às pressas da corte portuguesa para o Brasil, ainda se encontrava nos porões de uma das naus que vieram de Lisboa ao Rio de Janeiro (cf. Lajolo e Zilberman, 1999).

Toda essa trama, e outras mais, não poderia deixar de contribuir decisivamente para a forma-

ção de uma elite ilustrada que, em seu amor bizantino aos livros e a tudo que se torna símbolo de erudição e sabedoria, como o anel de grau e a carta de bacharel, cultivava uma erudição estritamente formal e exterior, indício, aliás, de superioridade mental, desenvolvendo um sentimento de horror à realidade cotidiana. Nutrindo um sentimento quase devocional em relação às letras, essa *intelligentsia* brasileira, sobretudo os letrados românticos de fins do século XIX e início do XX, agrega posturas as mais distintas possíveis. Nesse sentido,

É freqüente, entre os brasileiros que se presumem intelectuais, a facilidade com que se alimentam, ao mesmo tempo, de doutrinas dos mais variados matizes e com que sustentam, simultaneamente, as convicções mais díspares. Basta que tais doutrinas e convicções se possam impor à imaginação por uma roupagem vistosa: palavras bonitas ou argumentos sedutores. (Holanda, 1963, p. 145-6)

Quanto à religiosidade, esse mesmo autor afirma que os brasileiros são, por um lado, avessos a qualquer forma de ritualismo e, por outro, dados “a uma religiosidade de superfície, menos atenta ao sentido íntimo das cerimônias do que ao colorido e à pompa exterior” (Holanda, 1963, p. 142). A irreverência, a falta de compreensão do sentido das doutrinas e a intimidade desrespeitosa com os santos por parte dos fiéis católicos não poderiam deixar de suscitar reclamações dos estrangeiros que por aqui passavam.<sup>4</sup>

O predomínio do elemento emotivo sobre o racional, traço distintivo da cultura brasileira, faz-se sentir, também, na religião, sobretudo no tratamento pessoal e íntimo que os devotos dispensam aos santos, ora acrescentando-lhes a terminação “inho”, ora castigando-os pelas graças não recebidas ou, ainda, vestindo-os com trajes militares, dando-lhes uma pompa sem igual.

Esse caráter emotivo e familiar do catolicismo brasileiro, percebido nas cerimônias e procissões religiosas e reforçado pelo modelo de igreja aqui implantado, por sinal decisivo na

4. Auguste de Saint Hilaire foi um deles. Em visita a São Paulo, durante a Semana Santa de 1822, “conta-nos como lhe doía a pouca atenção dos fiéis durante os serviços religiosos” (apud Holanda, 1963, p. 143).



formação social brasileira – a capela de engenheiro –, não pode ofuscar o fato de que, conforme assegura Gilberto Freyre em *Casa-grande & senzala*, os jesuítas tornaram-se os doutores da Igreja, notáveis intelectuais pelas suas gramáticas e pelos compêndios de retórica.

A preocupação central dos jesuítas, poder-se-ia dizer, era a salvação das almas dos catecúmenos; os meios: a educação e a catequese. Apesar de Wilson Martins (1992) afirmar que o ensino jesuítico no Brasil destinava-se essencialmente à formação de sacerdotes e que a catequese, e não a instrução, era o único propósito desses padres, o fato é que a educação e o ensino foram por eles praticamente monopolizados desde 1549, ano em que desembarcaram na terra de Santa Cruz, até 1759, ano em que foram expulsos, compreendendo um período de mais de dois séculos. Cumpre afirmar que pelos colégios da Companhia de Jesus passaram os filhos dos principais da terra, isto antes de irem, geralmente, para Coimbra cursar direito. A catequização *stricto sensu*, por sua vez, voltava-se mais para os indígenas. Frustradas as tentativas de conversão dos adultos, os esforços salvíficos dos jesuítas voltaram-se para os *curumins*.

Cabe ressaltar também que, dessa forma, a principal instância de legitimação dos bens culturais – os colégios – estava nas mãos dos jesuítas, ao menos até meados do século XVIII. Outro instrumento de consagração que os jesuítas tinham ao seu dispor, legitimando sua dominação nos campos religioso e cultural, era, conforme atesta Wilson Martins, o latim. Numa sociedade tão marcada pela religiosidade, a ponto de a profissão de fé católica tornar-se exigência, entre os colonos, para se adquirir sesmaria (cf. Freire, 1998), o domínio do latim não poderia deixar de ser um elemento crucial na distinção, não apenas entre leigos e clérigos, mas também entre esses próprios grupos.

De acordo com Wilson Martins, foram também os jesuítas que introduziram os primeiros livros na colônia, geralmente os de teologia. Isso não significa, no entanto, que o ensino jesuítico contribuía para o desenvolvimento intelectual brasileiro. Na perspectiva desse autor, a despeito dos méritos pedagógicos, o ensino promovido pelos padres da Companhia de Jesus assumiu um caráter altamente conservador, em parte

porque respiravam a cultura medievalista e seguiam as prescrições do Concílio de Trento, que proibia a circulação dos livros tidos como perigosos, mantendo implícito o desejo de perpetuar a ignorância e, posteriormente, ao observarem o *Ratio Studiorum*, que “enquadrava em normas rígidas o espírito dentro do qual o ensino devia ser ministrado e traçava os limites bastante estreitos em que se devia conter a atividade especulativa da inteligência” (Martins, 1992, p. 26).

Esses intelectuais da Igreja, na ânsia de se apossarem das “almas sem dono”, lançaram mão de todos os meios para alcançarem seus objetivos: a conversão dos gentios da terra, os índios. Quando não se conseguia que o catecúmeno compreendesse o verdadeiro sentido das cerimônias e práticas religiosas, fazia-se, ao menos, que ele gostasse da religião. Dessa forma, intencionalmente ou não, os jesuítas deram sua contribuição ao processo de construção da cultura ornamental brasileira.

Um outro fato relevante que condicionou a mentalidade brasileira foi o bacharelismo. De acordo com Sérgio Adorno (1988), no Brasil do século XIX, foram os bacharéis que monopolizaram a distribuição de *status*, garantindo, ao mesmo tempo, poder político e prestígio social. Criadas em 1827, as Faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda abriram suas portas ao público estudante um ano depois. Uma das discussões que apimentavam o ambiente dos letrados de início do século XIX, preocupação esta que não se restringia a esse grupo, na medida em que grassava por todos os “poros da colônia”, era a questão da emancipação nacional. Segundo Adorno, o rompimento dos laços coloniais era desejo, senão de todos, ao menos da maioria da população brasileira, quer fossem ilustrados ou não. Nesse ambiente de luta pela emancipação política, uma outra preocupação aturdiu o espírito da *intelligentsia* brasileira: o desejo de modernização. Ao longo do século XIX e sobretudo nos anos que se seguiram à independência, “o modo concreto de dominação esteve marcado pela indeterminação das fronteiras entre o público e o privado, entre a sociedade civil e a sociedade política. As tentativas de burocratizar o aparelho administrativo encontraram inúmeras

resistências, agravadas pela persistência da administração privada da justiça” (Adorno, 1988, p. 35). Conforme atesta esse autor, diante do desejo de superar esse caráter patrimonialista da administração pública brasileira, criaram-se as escolas de direito com o fito de suprir as necessidades burocráticas do Estado nacional em emergência.

Diante dessas circunstâncias, privilegiou-se a formação política, principalmente na Faculdade de Direito de São Paulo. Esta, conforme destaca Adorno, só raramente produzia um jurista de notoriedade nacional. O reverso desse fato é que essa faculdade tornou-se um celeiro de lideranças políticas. A fragilidade do ensino, entre outras coisas, tornou o ambiente extra-escolar favorável ao desenvolvimento de um “mandarinato” de bacharéis. A esse respeito, cumpre destacar que:

As permanentes críticas dirigidas contra a má qualidade de ensino e contra a própria habilitação do corpo docente, formuladas até mesmo por acadêmicos que vivenciaram esse processo educativo àquela época, sugerem que a profissionalização do bacharel se operou fora do contexto das relações didáticas estabelecidas entre o corpo docente e o corpo discente, a despeito das doutrinas jurídicas difundidas em sala de aula. (Adorno, 1988, p. 93)

Essa passagem é relevante porque revela não apenas o caráter ornamental do principal intelectual da sociedade brasileira do século XIX – o bacharel –, mas também por descortinar o ambiente em que essa *intelligentsia* de fachada desenvolve-se. Na medida em que a dispersão era a regra pedagógica predominante nas aulas, Adorno afirma que o ambiente extra-escolar – militância política, jornalismo, advocacia etc. – foi de suma importância para a profissionalização desses intelectuais/bacharéis. De acordo com Adorno, a prática intelectual de produção de conhecimento nunca chegou a constituir uma atividade principal por parte dos lentes da Academia de Direito de São Paulo. “Enfim, a ausência de espírito científico e doutrinário marcou, decisivamente, o processo de ensino-aprendizagem na Academia de Direito de São Paulo” (Adorno, 1988, p. 121), contribuindo,

assim, para a formação e a cristalização da cultura ornamental brasileira.<sup>5</sup>

Esse caráter decorativo da *intelligentsia* brasileira vai ser objeto de análise de Luiz Costa Lima em seu *Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil*, publicado em 1981. Costa Lima sublinha o fato de que o descaso para com as raras bibliotecas existentes no Brasil Monárquico escandalizavam os viajantes que por aqui passavam. Um deles, Thomas Ewbank,<sup>6</sup> chega a ironizar os estragos causados nos livros da biblioteca do Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro, dizendo que seus leitores só poderiam ser descendentes de formigas para conseguirem fazer tamanho estrago. Se hoje em dia não faltam reclamações, sobretudo por parte dos professores, de que os brasileiros em geral e, mais particularmente, os estudantes carecem do hábito da leitura, à época do Império a situação era ainda mais drástica. No tocante à poesia republicana do final do Império, a sentença de José Veríssimo<sup>7</sup> é que ninguém a lia, nem o povo nem os governantes. Esse mesmo autor atesta que o livro, na medida em que é pouco lido, tem pouca repercussão entre os brasileiros. A esse respeito cumpre destacar as palavras de Costa Lima – para este, “o intelectual foi, entre nós, aceito não enquanto agente de idéias e de aprofundamento da linguagem, mas apenas enquanto especialista no verbo fácil, na palavra comovente” (Costa Lima, 1981, p. 8).

Foram as faculdades de direito, segundo Costa Lima, que legitimaram a prática da tribuna e da eloquência, traços distintivos dos literatos brasileiros. Como já se tem sublinhado, foram também essas escolas que fortaleceram o sentimento de antiteoricismo, tão vivo entre os brasileiros, isto pelas constantes improvisações das defesas nos tribunais e pelas condições precárias de ensino e aprendizagem nas salas de aula, situação esta agravada tanto pelo desinteresse

5. Nas defesas de tese, observa Adorno, o que estava em jogo não era tanto o conteúdo exposto pelo candidato, mas suas virtudes pessoais como a capacidade de memorização, a cortesia, a humildade etc.

6. Ewbank, Thomas, 1856. *A vida no Brasil ou o diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*. Conquista, Bahia, 1973, apud Costa Lima, 1981.

7. Veríssimo, José, 1903. *Estudos de literatura brasileira*. 3ª série. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1977, apud Costa Lima, 1981.

e pela dispersão dos alunos como pela situação socioeconômica debilitante dos professores que, em razão do salário baixo, trabalham diuturnamente, tendo, como consequência, que abdicar do ato de refletir e de pensar de forma mais sistemática.

De acordo com Costa Lima, a tradição acrítica do pensamento brasileiro está vinculada ao que denomina de cultura auditiva. A cultura auditiva, conforme esse autor, foi transmitida pelos padres da Companhia de Jesus e, como já se disse, reforçada pelo bacharelismo. O verbo fácil, as frases sonoras, as expressões acabadas, as citações em língua estrangeira, as palavras escolhidas e a composição de frases com vistas a causar impacto nos ouvintes e trazer lucro simbólico àqueles que as emitem são práticas lingüísticas típicas de uma tradição oral numa sociedade de cultura escrita (Costa Lima, 1981).

Convém destacar que a cultura auditiva mantém estreitas relações com o autoritarismo. Na perspectiva de Costa Lima, “do ponto de vista do sistema intelectual, o pior do autoritarismo é que ele acostuma a *intelligentsia* ao pensamento impositivo, que não precisa demonstrar, pois lhe basta apontar, mostrar com o dedo a ‘verdade’” (1981, p. 15). Para esse autor, a cultura auditiva é uma cultura da persuasão. Persuasão, no entanto, que dispensa raciocínio lógico e que se transmite sem “cadeias demonstrativas”.

Uma outra característica da cultura auditiva é que ela é voltada para fora. “Para inglês ver”, como se diz na expressão popular. Em oposição à pompa exterior demonstrada nos utensílios de prata exibidos em jantares e festas solenes, nos trajes finos que homens e mulheres ostentavam nas ruas e bailes e nos adornos com que se enfeitavam cavalos e cavaleiros nos períodos colonial e monárquico, Luiz Costa Lima, fundamentando-se nos depoimentos e crônicas de alguns viajantes, afirma ser o desmazelo e a pobreza de móveis, roupas e louças, entre outras coisas, o que marcava a vida e a realidade cotidiana no recinto doméstico daqueles que outrora, em público, faziam crer serem nobres por natureza.

Um último ponto a ser salientado a respeito da cultura auditiva é que ela não tem um centro próprio de decisão. Em outras palavras, é o que

Roberto Schwarz (2001) denomina de “torcicolo cultural”, ou seja, o Brasil é dependente cultural e ideologicamente dos Estados Unidos e da Europa. O campo cultural, em específico o campo intelectual brasileiro, não tem expressão suficiente para legitimar uma determinada prática simbólica que não esteja em conformidade com os cânones europeus ou norte-americanos. O Brasil ocupa uma posição de subordinação dentro do espaço global dos bens simbólicos.

Enfim, é preciso dizer que a cultura auditiva é a cultura do ornato. A inteligência decorativa, a linguagem rebuscada e a roupagem vistosa são suas principais características. Seus germes remontam à teatralização do ensino dos jesuítas, mas seu eco ressoa e pode ser ouvido ainda hoje.

### Considerações finais

Este ensaio tem procurado pôr em relevo o caráter ornamental da *intelligentsia* brasileira. Por *intelligentsia* brasileira não se deve entender um grupo coeso e homogêneo de intelectuais que arvoram uma bandeira em comum. Da mesma forma, não se deve entender, como postula Mannheim, que seja uma camada intersticial que, devido a sua posição privilegiada na sociedade, tem uma visão mais flexível e mais abrangente dos fenômenos que a cercam, ultrapassando os horizontes e as fronteiras de sua origem social.

No caso brasileiro, a ambivalência e o autoritarismo são traços marcantes dessa elite ilustrada. Se, no último quartel do século XIX, o medalhão, como legítimo representante da mentalidade brasileira, evitava a todo custo as idéias, principalmente as novas, os estudantes da USP, à época de sua fundação, “tudo queriam saber; mas, em qualquer domínio que fosse, somente a teoria mais recente lhes parecia merecer atenção” (Lévi-Strauss, apud Costa Lima, 1981, p. 22). Isto não significa, no entanto, uma transformação radical na mentalidade brasileira, o que verdadeiramente os *uspianos* desejavam não era o conhecimento pelo conhecimento; orientavam-se, antes, pelo princípio de que partilhar uma teoria já conhecida por outros seria desmoralizante, por isso a sede pelo novo se justifica, pois se revela como uma marca de distinção social.

A *intelligentsia* brasileira não é também um estrato social que se levanta contra o domínio despótico dos tiranos em favor dos desvalidos da sociedade ou em prol de um suposto bem comum. No Brasil colonial e monárquico, a elite ilustrada estava no poder, ou melhor, constituía o próprio poder e confundia-se com ele, na medida em que, como já se disse, seu poder, privado e não público, era quase absoluto. Ninguém resistia aos grandes latifundiários e proprietários de escravos (Holanda, 1963). No período da República Velha, os letrados da época, quando seu grupo não estava no poder, digladiavam-se para monopolizar o domínio político, seja na esfera local, regional ou nacional. Na era Vargas, por sua vez, os intelectuais foram cooptados pelo Estado que, paradoxalmente, tornou-se uma das instâncias de maior importância no processo de estruturação dos campos artístico e cultural que o Brasil já conheceu em sua história (Miceli, 2001).

Em certo sentido, parafraseando Sérgio Buarque de Holanda, pode-se dizer que a *intelligentsia* brasileira é cordial, não significando isto que o campo intelectual em questão seja destituído de lutas e embates, materiais ou simbólicos. A cordialidade revela-se principalmente no caráter afetivo e pessoal que assumem os debates acadêmicos. Não seria exagero afirmar que, no Brasil, o debate acadêmico nunca chegou a se consolidar como uma prática efetiva e duradoura, isto porque uma crítica, qualquer que seja, a uma determinada concepção ou idéia é tomada, quase inexoravelmente, como uma ofensa pessoal. O que se percebe nas instituições de ensino superior, mais nas privadas do que nas públicas, é a ausência quase completa de uma mentalidade acadêmica e científica. Como eram as aulas na Faculdade de Direito de São Paulo, conforme relata Sérgio Adorno, ainda hoje a dispersão e o desinteresse são a norma. Na grande maioria dos cursos universitários, o professor que consiga suscitar um debate teórico, que exija um mínimo de abstração e de fuga da realidade cotidiana ou de exemplos concretos, pode se considerar um bem-aventurado.

Esse caráter afetivo da *intelligentsia* brasileira a faz distanciar-se, ao mesmo tempo, dos dois tipos de intelectuais propostos por Norberto

Bobbio: os ideólogos e os expertos. A tipologia de Bobbio a respeito dos intelectuais parece não dar conta da complexidade do caso brasileiro. Pode-se dizer que Bobbio forja sua tipologia nas fornalhas da racionalidade humana, sob as brisas do pensamento weberiano, daí a razão de se distanciar da realidade da *intelligentsia* brasileira. Com isto não se quer dizer que entre os brasileiros não se encontrem ideólogos ou expertos. A questão é que estes, marcados seja pela racionalidade em relação a fins ou pela racionalidade em relação a valores, só recentemente chegaram a conquistar algum terreno no Brasil (Holanda, 1963).

Um dos riscos de se falar em *intelligentsia* brasileira, em um sentido amplo, é a de não perceber as mudanças que inevitavelmente ocorrem, ao longo do tempo, na mentalidade de todo e qualquer grupo social. O que se quis mostrar, com este ensaio, não foi algum caráter supostamente imutável da natureza social dos brasileiros, mas, como diria Durkheim, revelar que:

Em cada um de nós, em proporções variáveis, existe algo do homem de ontem; é até o homem de ontem que, pela força das coisas, predomina em nós, pois o presente é muito pouca coisa em relação a esse longo passado durante o qual nos formamos e do qual resultamos. Só que não sentimos esse homem do passado, pois ele está arraigado em nós; forma a parte inconsciente de nós mesmos. (Durkheim, 1995, p. 19)

Assim, não é sem razão que hoje em dia se encontrem práticas sociais as mais distintas no campo cultural brasileiro com a mesma roupagem ornamental de há muito existente. Qual professor de sociologia, antropologia, filosofia ou história já não ouviu, ao menos uma vez, uma pergunta do tipo: “Professor, pra que serve essa disciplina?”. Convencer os alunos de graduação, sobretudo os da área de saúde, da importância da sociologia na formação deles parece ser uma tarefa árdua demais para aqueles que abraçaram a causa de ensinar Durkheim, Marx e Weber. Essa resistência às disciplinas “teóricas” e ao pensamento abstrato só pode ser indício de que a cultura ornamental, aquela que dispensa o ato de pensar e a prática de raciocinar, ainda



insiste em orientar as práticas sociais de diversos atores da sociedade brasileira.

Um outro sinal da recorrente manifestação desse traço distintivo da inteligência brasileira pode ser percebido na preocupação eminentemente estética e decorativa que assume a prática professoral – não apenas, mas sobretudo – dos pedagogos, em especial nos cursos de pedagogia. Os enfeites e adornos em algumas salas de aula parecem deliberadamente ofuscar uma realidade nada instigadora. Os alunos, afadigados com a lide e com os afazeres cotidianos, insistindo em conciliar trabalho e estudo, raramente conseguem sucesso no mercado escolar; outros mais, excluídos que foram social e economicamente, encontram-se expropriados de quaisquer forma e volume de capital cultural, ficando à mercê da possibilidade objetiva de obter êxito escolar (Bourdieu, 2001). Os professores (pedagogos), por sua vez, em geral recrutados das classes e frações de classe dominadas no campo econômico e cultural, ao receberem uma formação que consciente ou inconscientemente preconiza as práticas professorais do adorno e da decoração como modelo educativo por excelência, acabam reforçando determinados *habitus* e práticas pedagógicas que os distanciam mais e mais de um *ethos* estritamente acadêmico e científico. Tudo isso acaba por reforçar a mentalidade do externo, porém vazio; da forma, mais do que do conteúdo.

Assim, por trás do discurso, assumido por boa parte dos pedagogos, de que a escola é democrática e cidadã, na medida em que supostamente já abandonou a prática autoritária da “educação bancária”, na qual o professor depositava o conteúdo e o aluno o sacava, sem a necessidade de qualquer reflexão ou pensamento crítico, existe uma prática que, ao privilegiar alguns aspectos didático-pedagógicos em detrimento da teoria e da reflexão sistemática, mantém o *status quo* tanto da educação como da sociedade mais ampla, mesmo apresentando dados sobre a redução dos índices de analfabetismo, evasão ou reprovação escolar. Dessa forma, o curso responsável pela formação de formadores só excepcionalmente forma profissionais com uma visão não fantasiosa da educação, isto pelo caráter de fachada e distanciamento da realidade que muitos desses

intelectuais/educadores, amantes do verbo fácil e de frases de efeito, assumem em suas práticas professorais.

Resta saber se esse caráter ornamental e decorativo dos intelectuais é, de fato, uma peculiaridade brasileira. É preciso uma investigação mais ampla e mais sistemática para saber se casos como o de um diplomata argentino que “dera instruções a sua secretária para mobiliar a biblioteca” e “ela comprara livros a metro e os mandara encadernar para que ficassem da mesma altura das estantes, de forma que em muitos casos os títulos no topo da página estavam cortados e às vezes faltavam até as primeiras linhas” (Manguel, 2002, p.25), são fenômenos recorrentes em outras culturas ou apenas manifestações individuais que fogem à regra de seus compatriotas. É preciso dizer que preocupações com a estética e com a aparência existem, em graus diferenciados, entre todos os grupos sociais. Mas a cultura do ornato de que se tratou aqui não é dessa natureza. Em forma pura, esse tipo de intelectualidade parece se manifestar apenas no Brasil.

---

**Abstract:** Based on the concept of *intelligentsia*, this article aims at discussing the peculiarities of the Brazilian scholars, highlighting the decorative aspect of our intelligence. In order to do that, we used, as theoretical support the “teoria do medalhão”, by Machado de Assis, *Roots of Brasil*, by Sérgio Buarque de Holanda, and the idea of auditory culture by Luiz Costa Lima, among others. Finally, we emphasize the fact that this ornamental culture is very visible in the formation process of a specific group of educators: the pedagogues.

**Key-words:** *intelligentsia*; scholars; ornamental culture.

---

## Referências

- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MACHADO DE ASSIS, J. M. *Teoria do medalhão*. Bauru: Edusc, 2001.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. Reprodução cultural e reprodução social. In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001. p. 295-336.



\_\_\_\_\_. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1997. p. 112-143. [Coleção Os Grandes Cientistas Sociais].

\_\_\_\_\_; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAREY, John. *Os intelectuais e as massas*. São Paulo: Ars Poética, 1993.

COSTA LIMA, Luiz. Da existência precária: o sistema intelectual brasileiro. In: *Dispersa demanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. p. 03-29.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DURKHEIM, Émile. *A evolução pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1963.

LAJOLO Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999.

MANGEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MANNHEIM, Karl. O problema da "intelligentsia": um estudo de seu papel no passado e no presente. In: *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 69-139.

MARTINS, Luciano. A gênese de uma *intelligentsia*: os intelectuais e a política no Brasil (1920 a 1940). *Rev. Bras. de Ciências Sociais*. n. 4, vol. 2, Anpocs, junho de 1987.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira (1550-1794)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1992. V. I.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SILVA, Agnaldo José da. *Praça velho: um estudo sobre a socialização policial militar*. Goiânia, 2002. Dissertação (Mestrado em sociologia) – UFG.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da UnB, 2000. V. I.